

Anais do II Colóquio de Estudos e Pesquisas Indígenas

Homenagem a Secundo Krahô

Coordenação Geral

Francisco Edviges Albuquerque Danielle Mastelari Levorato

23 e 24 de junho de 2021



Universidade Federal do Tocantins - UFT Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEX Campus Universitário de Araguaína Núcleo de Estudos e Pesquisas com Povos Indígenas – NEPPI Laboratório de Línguas Indígenas - LALI

Anais do II Colóquio de Estudos e Pesquisas Indígenas: homenagem a Secundo Krahô

Coordenação Geral

Francisco Edviges Albuquerque Danielle Mastelari Levorato

23 e 24 de junho de 2021

Copyright © 2021 - Universidade Federal do Tocantins - Todos os direitos reservados

www.uft.edu.br

Campus Universitário de Araguaína Núcleo de Estudos e Pesquisas com Povos Indígenas – NEPPI Laboratório de Línguas Indígenas - LALI Avenida Paraguai (esquina com a Rua Uxiramas), s/n Setor - Bairro da Cimba, Araguaína - TO, 77824-838



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins - SISBIB

F981a Fundação Universidade Federal do Tocantins

Anais do II Colóquio de Estudos e Pesquisas Indígenas: homenagem a Secundo Krahô, 23 e 24 de junho de 2021 / Coordenação geral: Francisco Edviges Albuquerque, Danielle Mastelari Levorato. – Araguaína, TO: UFT/UFNT/PROEX/NEPPE/ LALI, 2021.

49 p.:il. color.

ISBN: 978-65-87246-16-1

1. Povos indígenas - Colóquio. 2. pesquisas indígenas. 3. estudos indígenas. 4. Índios da América do Sul - Tocantins. I. Título.

CDD 981.61908117

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.



Anais do II Colóquio de Estudos e Pesquisas Indígenas:

Homenagem a Secundo Krahô

(23 e 24 de junho de 2021)

Luís Eduardo Bovolato - Reitor
Ana Lúcia de Medeiros - Vice-Reitora
Emerson Subtil Denicoli – Chefe de Gabinete
Eduardo José Cezari - Pró-Reitora de Graduação
Rafael Sanzio Pimenta - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação
Maria Santana Ferreira dos Santos- Pró-Reitor de Extensão e Cultura e Assuntos Comunitários
Kherlley Caxias Batista Barbosa – Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Jaasiel Nascimento Lima – Pró-Reitor de Administração e Finanças
Eduardo Andrea Lemus Erasmo – Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento
Vânia Maria de Araújo Passos – Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
José Manoel Sanches da Cruz Sanches - Diretor do Campus de Araguaína
Francisco Edviges Albuquerque – Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas com Povos
Indígenas – NEPPI e do Laboratório de Línguas Indígenas - LALI

Coordenação Geral

Francisco Edviges Albuquerque Danielle Mastelari Levorato

Comitê Técnico-Científico

Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque – Universidade Federal do Tocantins Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno - Universidade Federal de Goiás Prof. Dr. João Henrique Suanno – Universidade Federal de Goiás Profa. Dra. Severina Alves de Almeida – FACIT

Comissão Organizadora

Rita De Cássia Nogueira de Freitas Wanderson dos Santos João Victor Ferreira dos Santos Silva André Ricardo Ribeiro Silva Paulo Henrique Machado Corado Robbergson Andrade Duarte

RESUMO

O II Colóquio de Estudos e Pesquisas Indígenas é um evento promovido e organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas com Povos Indígenas e o Laboratório de Línguas Indígenas (NEPPI/LALI), da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, que está em processo de desmembramento da Universidade Federal do Tocantins – UFT, sediada em Araquaína, Câmpus Cimba. O II Colóquio de Estudos e Pesquisas Indígenas nasceu em 2020, em plena Pandemia de Covid-19, causada pelo Coronavírus, na ocasião o evento foi realizado por meio de plataforma digital (GOOGLE.MEET) e, por ter sido muito bem recebido pela comunidade, especialmente acadêmica e científica, como forma de contribuição interdisciplinar e multidisciplinar, vimos a necessidade de torná-lo anual. Esta segunda edição, realizada em 23 e 24 de junho de 2021, se justifica pela necessidade de reafirmar seu caráter metodológico científica, quais são os procedimentos metodológicos utilizados e os resultados que se espera com os estudos desenvolvidos. O Objetivo do II Colóquio de Estudos e Pesquisas Indígenas foi apresentar à comunidade acadêmica e científica uma vasta e riquíssima diversidade de estudos e pesquisas com os mais diferentes povos indígenas brasileiros, que foram apresentadas pelos seus 20 participantes expositores, além de duas conferências pelas professoras Dra. Valéria Cerqueira de Medeiros Weigel, da Universidade Federal do Amazonas, e pela Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno, da Universidade Federal de Goiás. Tivemos como convidados especiais, como Renato Yahé Krahô, Diretor da Escola Estadual Indígena 19 de Abril, sediada na Aldeia Manoel Alves Pequeno, na Kraholândia, e o prof. Dr. João Henrique Suanno, da Universidade Estadual de Goiás. Assim, todos os pesquisadores, unidos, demonstraram à sociedade em geral a relevância dos estudos e pesquisas desenvolvidas pelo NEPPI/Lali, reafirmando, dessa forma, o nosso compromisso científico e social para com a sociedade acadêmica e com as pesquisas voltadas para os povos indígenas brasileiros. Nesta edição houve um número significativo de participantes e ouvintes. Para a próxima edição, que acontecerá em 2022, esperamos reforçar e aperfeiçoar os nossos trabalhos e apresentações, assim como o Colóquio de forma geral atraindo cada vez mais os olhares da sociedade civil, da comunidade acadêmica e científica. Esperamos ainda contar com cada um dos participantes na III Colóquio de Estudos e Pesquisas Indígenas, em 2022.

Palavras Chaves: evento indígena, pesquisas indígenas, estudos indígenas, comunidade indígena

SUMÁRIO

1.	Abertura do evento 23.06.2021 - Homenagem a Secundo Krahô
2.	Conferência de Abertura - Educação escolar indígena: questões teóricas e práticas
	Valéria Cerqueira de Medeiros Weigel11
3.	Apresentações de Estudos e Trabalhos do dia 24/06/2021
3.1	Desafios da construção da matriz curricular para as escolas indígenas do amazonas
	Hellen Cristina Picanço Simas14
3.2	Educação escolar indígena: Breves considerações sobre a estrutura curricular - Paulo
	Hernandes Gonçalves da Silva e Francisco Edviges Albuquerque
3.3	O ensino de línguas nas escolas indígenas do município de Benjamin Constant - AM -
	Adelson Florêncio de Barros e Francisco Edviges Albuquerque
3.4	Da tipologia ao gênero textual: a etnossociolinguística e suas contribuições para escrita
	de teses e dissertações - Severina Alves de Almeida (FACIT) e Rosineide Magalhães
	de Sousa (UnB)
3.5	Características (socio)linguísticas da/na terra indígena Kayapucá do povo Xixinawa -
	Shelton Lima de Souza e Francisco Edviges Albuquerque
3.6	Análise contrastiva dos verbos em akwe-xerente (je) e em português: verbos
	substantivadas na língua akwe-xerente - Sinval de Xerente (UFT) e Francisco Edviges
	Albuquerque
3.7	Cinema de animação Krahô: uma contribuição para a educação escolar indígena -
	Robbergson Andrade Duarte e Francisco Edviges Albuguerque
3.8	Relações interculturais e seus reflexos na educação escolar indígena do Povo Javaé -
0.0	Solange Cavalcante de Matos e Francisco Edviges Albuquerque
4.	Programação do Dia 24.06.2021
5.	Conferência: Reflexões sobre transdisciplinaridade na educação escolar indígena
٠.	bilíngue e intercultural - <i>Marilza Vanessa Rosa Suanno</i>
6.	Apresentações de Estudos e Trabalhos do dia 24.06.2021
	Territórios e territorialidades apinayé e krahô: uma discussão preliminar - Danielle
0.1	Mastelari Levorato e Francisco Edviges Albuquerque
62	Lexicografia bilíngue krahô: Um diálogo com a educação escolar indígena – <i>Francisca</i>
0.2	Martim Cavalcante e Francisco Edviges Albuquerque
6.3	Educação escolar indígena krahô: uma perspectiva da escola ativa – <i>Nunes Xavier da</i>
	Silva e Francisco Edviges Albuquerque
64	Estágio aquisitivo e graus de fluência: um estudo a partir da variedade de português
• • •	falada por professores Tikuna bilíngues - Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio e
	Francisco Edviges Albuquerque
6.5	Aspectos fonéticos do povo Karaja-Xambioa: considerações acerca de segmentos
	vocálicos – Raquel Palmeira de Oliveira Karajá e Francisco Edviges Albuquerque 30
6.6	Os estudantes indígenas e os desafios enfrentados no âmbito das universidades – <i>Marta</i>
	Virginia de Araújo Batista Abreu e Francisco Edviges Albuquerque
6.7	Os desafios de orientar acadêmicos indígenas na pós-graduação - Witembergue Gomes
0	Zaparoli e Francisco Edviges Albuquerque
6.8	Saberes, sabores e valores: O que se pode aprender com as literaturas indígenas? -
0.0	Lilian Castelo Branco de Lima
69	Aquisição da linguagem técnico – científica usual na odontologia e suas contribuições
0.0	para a educação escolar indígena: Um estudo etnolinguístico nas aldeias indígenas
	Apinayé - Angela Maria Silva e Francisco Edviges Albuquerque
6.10	
0.10	construções identitária – Andréa Christina Mendes Franco e Franscico Edviges
	Albuquerque
6.1°	·
	erências
	KOS
	az de Divulgação
	ıramação do evento
	tato e Link para participar no evento
	anização e apoio
	3 P

23/06/2021

Abertura do evento com a Homenagem à Secundo Krahô pela pelo Professor Doutor Francisco Edviges Albuquerque ao seu neto Renato Yahé Krahô

Homenagem a Secundo Tôhtôt Krahô



"Professor, quero falar com você e seus alunos. Venha cá, me escute. Todos voes aqui escutem o que vou falar para o professor. Professor, todos nós da Aldeia Manoel Alves gostamos muito de você. Por isso que lhe dá um conselho: nunca faça como o veado. O veado vem para debaixo da árvore, come as frutas e vai embora e nunca mais volta. Talvez volte quando tiver fruta de novo. Não faça isso com nós. Esse é o conselho que quero dar."

Secundo Hôtôt Krahô, maio de 2014

Sábio dos sábios!

Nasceu na aldeia Pedra Branca e Morreu na Aldeia Manoel Alves Pequeno, no ano de 2017.

Casou-se com Rosinha Krahô. Teve três filhos, sendo um homem e duas mulheres.

Morou durante muitos anos na Aldeia Pedra Branca, mas como criava gado em pequena proporção e esse gado era distribuído para entre eles nos períodos de festas da comunidade. Chegou um período em que o gado diminuiu muito; então ele deixou de distribuir para comunidade.

Com isso, os pajés não gostaram, ficaram zangados com Secundo e puseram feitiço numa de suas filhas. Ela passou muito mal e quase morreu. O feitiço foi com sangue de gado que os pajés puseram na veias de filha de Secundo.

Então, Secundo resolveu sair da aldeia Pedra Branca e ir para Aldeia São Vidal, juntamente com outras lideranças.

Sempre preocupado com o futuro de seu filho Dodadin Piqueno Krahô, pois ele tinha que estudar. Dodadin foi estudar em Itacajá, mas era muito longe da aldeia e tinha que ir a pé.

Assim, Secundo resolveu fundar uma aldeia que ficasse mais perto da Cidade onde Dodanin estudava.

Naquela época, Secundo ainda não era liderança, mas aproveitou o grupo de líderes seu amigo e resolveram fundar a Aldeia Manoel Alves Pequeno.

Seu grupo era constituído dos grandes líderes Krahô, tais como Pascoal, Pedro Pinõ, que eram líderes muito forte e respeitados.

Resolveram sair da Aldeia São Vidal e construir uma nova aldeia, mas com muito medo e receio, visto que havia muitos comentários de que os fazendeiras juntamente com os outros não indígenas iriam invadir a aldeia e cometerem um novo massacre, uma vez que havia pouco tempo do massacre aos Krahô.

Mas o maior orgulho que a Família do Secundo e o próprio povo Krahô tem de Secundo se deve ao fato de ele ter sido convidado pelo SPI(Serviço de proteção ao Índio), para fazer o primeiro contato com o povo **Kyikatejê-gavião**, (houve apenas pacificação na década de 1970) que atualmente vive na Terra Indígena Mãe Maria, no Pará. Na época, Ele foi até Marabá e de lá foram de voadeira até a território desse povo, Consegui fazer o contato e se tornou amigo do grande Líder, o Capitão Gavião, Krekunum.

Segundo retornou para aldeia Manoel Alves, mas sempre teve o sonho de votar a visitar seus parentes Gavião. Passados os tempo , seu filho Dadonin foi nomeado Coordenador Local FUNAI-Itacajá e isso facilitou Secundo realizar seu sonho.

Foram ao encontro dos amigos, chegando lá os Gavião não o reconheceram, visto que na época, segundo era muito jovem e solteiro. Porém Segundo se apresentou e contou a história da época e que tinha sido ele que fez esse primeiro contato com eles. Dai então

se reconheceram, contaram muitas histórias, relembrando o passado e convidaram Secundo para ficar em suas casas. Foi um encontro muito importante para Secundo.



Conferência de Abertura

Educação escolar indígena: questões teóricas e práticas

Valéria Cerqueira de Medeiros Weigel Universidade Federal do Amazonas – AM E-mail: valeriaweigel@hotmail.com

A educação é um ato de cultura que articula sistemas de valores, conteúdos, formas e fins definidos socialmente, sendo um processo humano pelo qual se formam novos membros de um grupo e de uma sociedade.

Todo Povo ou grupo social processa educação de seus membros, como forma de se constituir e se reproduzir enquanto grupo. No processo de educação de cada grupo variam conteúdos, formas e fins das ações educativas. Assim, todas as sociedades – inclusive os povos indígenas – desenvolvem processos próprios de educação de seus membros constitutivos. Portanto, educação indígena sempre existiu no âmbito das sociedades indígenas.

A educação escolar é uma forma de educação que contribui para construir formas de leitura do mundo e formas de estruturação das múltiplas relações dos sujeitos. É uma educação formal que não existia originalmente nas sociedades indígenas, foi por elas apropriada e hoje os povos indígenas lutam por escolaridade. Assim, por força de sua inserção na sociedade brasileira, os Povos indígenas passaram a lidar com educação formal – a educação escolar indígena. E sua busca por ensino escolar é uma forma de integrar-se criticamente à sociedade nacional, porque o ensino regular tanto contribui para construir um presente e um futuro melhores, quanto para defender um passado de tradições e conhecimentos culturais.

Portanto, a educação escolar indígena é uma estratégia política, usada pelos Povos Indígenas para negociarem suas identidades e afirmarem-se no espaço público brasileiro. Também é mediadora de (re)construção das culturas indígenas, inseridas que estão na sociedade nacional.

A educação escolar indígena é também mediadora de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas diferentes ciências do "branco" e que se constituem num amplo patrimônio da humanidade. Por isso, esta apropriação é um direito dos povos indígenas. O Estado brasileiro reconhece o direito indígena à educação específica e diferenciada. Esta determinação está expressa: na Constituição Federal/1988, na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação/1996, no Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena, em Pareceres e Resoluções. Ela é específica por abordar elementos culturais do Povo, suas relações históricas, políticas e culturais vividas e os demais elementos que delineiam seu projeto social. Ela deve propiciar aos indígenas o diálogo e a articulação entre os vários modos e níveis de conhecimentos; articulação da aprendizagem de conhecimentos às necessidades reais do conhecer na vida cotidiana, tendo a realidade sempre como foco da aprendizagem.

São desafios para os Indígenas: enfrentar a crescente laicização do poder decorrente da substituição da memória sagrada pela memória técnica e o gradativo desaparecimento dos pajés; e trabalhar repercussões desagregadoras da escolarização, pelo modo como o conhecimento escolar representa capital simbólico valorizado socialmente. São desafios para as instâncias da educação pública: se o Estado brasileiro reconhece o direito indígena à educação específica e diferenciada (CF/88, LDB/96), o desafio é concretizar esta determinação legal nos diferentes níveis para responder aos anseios dos indígenas: sistemas estaduais, sistemas municipais, escola indígena. Para as universidades e instituições formadoras tem se colocado a questão da formação do professor indígena, de modo a construir conhecimentos interculturais, garantindo, respeito aos conhecimentos diferentes e articulação das ciências.

A experiência da Licenciatura Específica para professores indígenas desenvolvida pela Universidade Federal do Amazonas é um esforço pela efetivação da formação específica e diferenciada. São desafios para índios e não-índios que a formação escolar possibilite a produção de respostas aos problemas e aos anseios das comunidades indígenas. A formação escolar deve contribuir para ensinar a condição humana, a identidade étnica e a terrena, as incertezas e os desafios, a compreensão e a ética.

Apresentações de Estudos e Trabalhos do dia 24/06/2021

DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS DO AMAZONAS

Hellen Cristina Picanço Simas UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UAM). Doutora em Linguística (UFPB). E-mail: hellenpicanco@ufam.edu.br

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar as Políticas Linguísticas necessárias para as escolas indígenas do Amazonas, a partir dos contextos linguísticos dos povos indígenas desse Estado, visando apontar como as matrizes curriculares para as escolas indígenas deveriam ser organizadas considerando-se os componentes curriculares de Língua Indígena e Língua Portuguesa. A Metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica (livros e artigos sobre Política Linguística) e pesquisa documental (Matriz curricular para as escolas indígenas do Estado do Amazonas), sendo o corpus de estudo formado por livros artigos sobre o tema e a matriz curricular para as escolas indígena do estado do Amazonas. O referencial teórico partes dos estudos sobre Políticas Linguísticas; Bilinguismo e Educação Escolar Indígena. Os resultados apontarem que i) se faz necessário um levantamento sociolinguístico no Estado do Amazonas para se conhecer os contextos linguísticos dos povos da região, sendo este o primeiro passo para se começar a pensar a construção das matrizes curriculares para o ensino-aprendizagem das línguas indígenas e portuguesa nas escolas indígenas; ii) em linhas gerais, três tipos de Políticas Linguísticas requeridas pelos povos indígenas da região: Política Linguística de Revitalização Linguística, Política Linguística de Implantação de língua indígena e Política Linguística em prol da língua Portuguesa e iii) diante dessa realidade, entendemos que a Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI) deve, a partir das ideias e escolhas dos decisores (indígenas dos vários povos) e juntamente com eles, elaborar três matrizes curriculares para os componentes curriculares língua indígena e língua portuguesa. As matrizes, vale reforçar, devem ser pensadas de acordo com a escolha da Política Linguística adotada pelo povo indígena e ser construída respeitando sua autonomia, diversidade linguística e cultural.

Palavras-chaves: matriz curricular, escolas indígenas, Amazonas

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA:BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA CURRICULAR

Paulo Hernandes Gonçalves da Silva

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão, mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté-SP, doutorando em Ensino de Língua e Literatura na Universidade Federal do Tocantins (2021), campus Araguaína. Professor do Instituto Federal do Tocantins: paulohg@ifto.edu.br

Francisco Edviges Albuquerque

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena.Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

Apresenta-se uma contribuição à educação escolar do povo Apinayé, por meio de análise da estrutura curricular no Projeto Político Pedagógico (PPP) dos Escolas Estaduais Indígenas Tekator e Mãtyk, nas aldeias Mariazinha e São José, respectivamente, no município de Tocantinópolis/TO. A problemática diz respeito ao atendimento do artigo 78 da Lei nº 9.394/1996, das Diretrizes e Bases da Educação, que exige um currículo que atenda aos programas integrados de ensino para a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas. O objetivo principal foi de proporcionar a este povo originário, a valorização de sua língua, cultura e cosmologia, inclusive, garantindo o acesso aos conhecimentos das sociedades indígenas e não-indígenas. No tocante à metodologia, realizou-se uma pesquisa de análise documental. Quanto ao aporte teórico, foi fundamental os conhecimentos sistematizados e estabelecidos por Nimuendajú (1983), Matta (1976), Rodrigues (1986), Gadotti (1997), Bortoni-Ricardo (2004), Albuquerque (2011), Almeida (2015) e Zaparoli (2016). Os resultados alcançados demonstram os fatores internos e externos, na convivência intercultural dos indígenas, que têm consequências no currículo escolar.

Palavras-chaves: Currículo; Educação Escolar Indígena; Povo Apinayé.

O ENSINO DE LÍNGUAS NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT – AM

Adelson Florêncio de Barros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Graduado em Letras Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas UPE. Doutor em Língua Portuguesa. adelsonbarros@ufam.edu.br

Francisco Edviges Albuquerque

Universidade Federal do Tocantins UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena. Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

A presente pesquisa cujo tema O ensino de línguas nas escolas indígenas do município de Benjamin Constant – AM, pois dado os movimentos migratórios cada vez mais intensos e motivados por diversos fatores e interesses, têm intensificado os contatos entre as línguas minoritarizadas, principalmente as indígenas, e as línguas dominantes. Esse contato apresenta repercussões nas estruturas sociais, culturais, políticas e linguísticas dos povos que falam as línguas minoritarizadas, na maioria das vezes, ameaçando-as. A pesquisa tem por tem por objetivo principal analisar, a partir da voz do professor que atua em escolas indígenas, se o ensino de línguas apresenta desdobramentos quanto ao favorecimento/priorização das línguas indígenas e/ou português e/ou espanhol. Justificase esta pesquisa pela necessidade em investigar se a escola reforça ou refuta o preconceito linguístico, bem como a ameaça que sofrem essas línguas, contribuindo, dessa forma, para a situação de perda ou de manutenção destas, bem como a carência de estudos sobre o ensino de língua espanhola, língua portuguesa e língua(s) indígena(s) no contexto indígena em um ambiente formal e institucionalizado e sua influência enquanto identidade linguístico-cultural, ou seja, o ensino de línguas em um contexto multilíngue para os alunos indígenas em se tratando de uma região de fronteira Brasil, Peru e Colômbia, onde convivem várias línguas (português, espanhol e línguas indígenas). Temse por fundamentação teórica, preliminar, RODRIGUES (1993); WATSON-GEGEO (1988); WEINREICH (1953) e AMADO 2012. Metodologicamente, classifica-se como etnográfica, bem como investigações sociolinguísticas. Os resultados esperados apontam para a possibilidade da realização do mapeamento das redes de interação dos alunos usando uma ou outra língua, para analisar a situação de manutenção ou ameaça das línguas ensinadas nas escolas investigadas, bem como investigar se o processo de formação e atuação dos professores contribuem para uma educação bilíngue e intercultural ou a reprodução colonial de submissão linguística.

Palavras-chaves: Ensino de Línguas; Escolas Indígenas; Benjamin Constant.

DA TIPOLOGIA AO GÊNERO TEXTUAL: A ETNOSSOCIOLINGUÍSTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA ESCRITA DE TESES E DISSERTAÇÕES

Severina Alves de Almeida (FACIT)
FACULDADE DE CIENCIAS DO TOCANTINS - FACIT. Doutora. E-mail:
sissi@faculdadefacit.edu.br.

Rosineide Magalhães de Sousa (UnB) UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Pós-doutora. E-mail: rosimaga@uol.com.br

RESUMO

Nesta comunicação, apresentamos a Tese como gênero textual prototípico a partir da tipologia que a individualiza. O intuito é perceber a Tese no domínio discursivo acadêmico, identificando suas contribuições para uma efetiva comunicação linguística e social, tendo em vista os domínios teóricos da Etnossociolinguística e do Letramento. O objetivo é debater, criticamente, a Tese além da perspectiva tradicional, que considera sua realização a partir de aspectos técnicos internalizados mediante teorias exaustivamente reproduzidas, sustentando atividades empíricas que podem ser apreendidas e ensinadas de forma linear. Antes, propomos a Tese como gênero textual acadêmico com propriedades sociocomunicativas, estilísticas e composicionais, a partir das contribuções da Etnossociolinguística e do Letramento. O estudo parte de: Tipologia e Gênero Textual (MARCUSCHI, 2013; BRONCKART, 2003; BAKTIN, 2000). Etnossociolinguística (ALMEIDA, 2015); Sociolinguística (BORTONI-RICARDO, 2014; CALVET, 2009); Etnografia (ERICKSON, 1984); Letramento (STREET, 2010; ROJO, 2009; KLEIMAN, 2003), estudiosos que situam cada uma dessas categorias como meio de articulação das práticas acadêmicas, notadamente em relação ao ensino, à produção e à compreensão de textos. Ademais, esses autores situam Língua, Etnossociolinguística, Sociolinguística, Etnografía e Letramento num mesmo arcabouço epistemológico, expresso na concepção do "socialmente construído", fornecendo uma visão na qual a "função social" concede "forma" aos modos como traços linguísticos e culturais imbricam-se na realidade dos falantes. Como exemplo apresentamos a Tese: "Etnossociolinguística e Letramentos: Contribuições para um Currículo Bilíngue e Intercultural Indígena Apinajé" (ALMEIDA, 2015) que desvela o perfil sociolinguístico de duas comunidades indígenas, numa configuração em que a Etnossociolinguística estabelece um liame com o Letramento, que se ratifica no social, perpassando cada uma dessas categorias. Enquanto a Sociolinguística trata da situação de uso da língua no contexto social indígena, a Etnografía ocupa-se dos aspectos descritivos entre a sociedade onde se situa, a língua e a cultura que daí emanam, construindo e constituindo subjetividades.

Palavras chave: Tese. Gênero textual. Tipologia textual. Etnossociolinguística. Letramento.

CARACTERÍSTICAS (SOCIO)LINGUÍSTICAS DA/NA TERRA INDÍGENA KAYAPUCÁ DO POVO XIXINAWA

Shelton Lima de Souza

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Graduado em Letras-Português do Brasil como Segunda Língua. Doutor em Linguística. E-mail: shelton.souza@ufac.br

Francisco Edviges Albuquerque

Universidade Federal do Tocantins UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena. Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho se configura como uma oportunidade de divulgação e uma proposta de discussão dos resultados em avaliação de uma pesquisa que está sendo desenvolvida na Terra Indígena (TI) Kayapucá dos indígenas Xixinawa (tradicionalmente conhecidos como Jaminawa) em Boca do Acre-AM. Os resultados aqui expostos, em uma abordagem preliminar, estão sendo refletidos a partir do desenvolvimento do Estágio Pós-doutoral que está sendo realizando na Universidade Federal de Tocantins/UFT, sob supervisão do Prof. Dr. Francisco Edvirges Albuquerque. Por meio de uma pesquisa de base qualitativa e etnográfica em diálogo com entrevista semiestruturais, o estudo tem como objetivo verificar os diferentes estados de uso da língua Nuku Tsãi e a relação dessa língua com outras línguas indígenas e com o português falados em território Xixinawa. As aldeias Xixinawa que compõem a TI Kayapucá é um espaço plurilíngue, historicamente constituído por meio das diferentes relações (re)construídas entre os indígenas e a sociedade envolvente em interações sociais desiguais de poder. A língua nativa dos indígenas é plenamente falada e, em alguns ambientes sociais, há diferentes graus de bilinguismos Nuku Tsãi-português com formas de usos de empréstimos do português no Nuku Tsãy e presenças de diferentes tipos de code-switching e atravessamentos praticados por indígenas Xixinawa bilíngues. Além disso, observa-se que a língua Nuku Tsãi tem uma relação direta com o português, pelo fato de os moradores de Kayapucá terem passado por processos migratórios intensos, o que promoveu o desenvolvimento de uma variedade do português falada por esses indígenas em momentos de interações sociais entre indígenas que não mais falam o Nuku Tsãi ou com não indígenas.

Palavras-chaves: Xixinawa; (Socio)linguística; Nuku Tsãi-português.

ANÁLISE CONTRASTIVA DOS VERBOS EM AKWĒ-XERENTE (JÊ) E EM PORTUGUÊS: VERBOS SUBSTANTIVADAS NA LÍNGUA AKWĒ-XERENTE

Sinval de Xerente (UFT)

Graduado em Educação Intercultural - UFG, Mestrando em Ensino de Língua e Literatura na Universidade Federal do Tocantins (2020), campus Araguaína. Atualmente é professor da

E-mail: waikax@hotmail.com

Francisco Edviges Albuquerque (UFNT)

Universidade Federal do Tocantins UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena. Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre os dois sufixos desverbalizadores muito usados em língua Akwe-Xerente que, por sua vez, se evidenciam em sufixos desverbalizadores usados com frequência para transformar os verbos em substantivos, utilizando esses termos de forma direta o uso de dois sufixos usado constantemente pelos falantes Akwe-Xerente. Ao pesquisá-lo busco evidenciar sua importância para nosso povo quando nos referimos ao léxico da função da língua. Nestes aspectos, existem em língua Xerente dois sufixos desverbalizadores, muito usados para transformar verbos em substantivos que são -kwa e ze. O primeiro transforma um verbo em um agente ou objeto humano, como, por exemplo, o verbo "wamro", varrer, limpar. Sufixado pelo -kwa tornase 'wamrõikwa' varredor. Os Verbos substantivados pela partícula - ze são os objetos desta apresentação. Esses verbos tornam-se substantivos não humanos como em "wamrõze' vassoura. Eles são apresentados com o substantivo correspondente em português e podem indicar também o modo, tempo, ou lugar da ação expressa pelo verbo. Esta pesquisa busca suporte teórico nos estudos de Krieger (1994), Mattos (2003) e Souza (2007), ambos estudiosos da língua Akwe-Xerente, eles apresentaram os seus estudos em Língua Portuguesa, isto é, de alguma forma, já fizeram uma análise contrastiva, ainda que esse não tenha sido objeto dos estudos citados.

Palavras-chaves: Língua Akwe-Xerente; Léxico; Sufixos Desverbalizadores.

CINEMA DE ANIMAÇÃO KRAHÔ: (UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA)

Robbergson Andrade Duarte

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua e Literatura/PPGL/Universidade Federal do Tocantins. Graduado em Gestão de Turismo. E-mail: robbergson@gmail.com

Francisco Edviges Albuquerque

Universidade Federal do Tocantins UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena. Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

Desde o seu surgimento no final do século XIX, o cinema de animação vem sendo adotado pelas escolas como uma importante ferramenta pedagógica, seja através da exibição de filmes em sala de aula ou pela produção desse tipo de conteúdo pelos próprios alunos através de oficinas. Nesse último caso, contudo, as experiências têm se mostrado pontuais, mas bastante significativas. O presente trabalho tem como objeto de estudo a oficina de cinema de animação e seu potencial como ferramenta didática para a educação escolar indígena. O objetivo principal da pesquisa é propor a realização de oficinas com os alunos do povo Krahô e investigar quais as contribuições que estas podem trazer para a educação escolar indígena, em especial no que tange aos seus principais aspectos (educação diferenciada, intercultural, bilíngue e interdisciplinar). Os métodos a serem adotados são da etnografia e da pesquisa-intervenção, tendo como principais teóricos Almeida e Albuquerque (2011), Melatti (2009), Engler (1982), Lazaretti (2009), Irala e Torres (2014), Engel (2000). As oficinas contarão com a participação de alunos e professores da Escola Estadual Indígena 19 de Abril, localizada na Aldeia Manuel Alves Pequeno, próximo ao município de Itacajá, estado do Tocantins; e serão realizadas ao longo dos dois anos de desenvolvimento da pesquisa. O projeto se justifica por seu ineditismo em âmbito regional e pela contribuição que tal proposta pode oferecer para a educação escolar indígena, ao unir ensino à ludicidade, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e colaborativo, tendo como consequência das oficinas, que objetivam a elaboração de material pedagógico em formato audiovisual.

Palavras-chaves: Oficina de Animação; Educação Escolar Indígena; Krahô.

RELAÇÕES INTERCULTURAIS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO POVO JAVAÉ

Solange Cavalcante de Matos

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL da Universidade Federal do Tocantins – UFT/Campus Araguaína; Mestra em Linguística pela Universidade de Brasília – UnB (2014); Graduada em Licenciatura em Letras com habilitações em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas Literaturas, pela Universidade UNIRG de Gurupi – TO (2009); Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO/Campus Gurupi; E-mail: solangematos@ifto.edu.br

Francisco Edviges Albuquerque

Universidade Federal do Tocantins UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena. Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como foco analisar as relações interculturais do povo Javaé com a sociedade não indígena e os reflexos dessas relações na Educação Escolar Indígena desse povo.

Destarte, os objetivos principais do estudo é conhecer um pouco da cultura Javaé; analisar as relações interculturais dos Javaé com a sociedade não indígena e verificar como está sendo praticada a Educação Escolar Indígena Bilíngue e Intercultural nas escolas Javaé, a fim de contribuir positivamente para a sua melhoria. O estudo foi feito com base em pesquisa bibliográfica e consulta a relatórios na Diretoria Regional de Ensino de Gurupi - TO. Os principais autores consultados foram: Toral (2002); Aryon Rodrigues (1986); Grupioni (2001 e 2006); Maher (2006); Albuquerque (2007); Patrícia Rodrigues (2008); Ramos (2016); além da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei nº 9.393/1996 (BRASIL, 1996). Os resultados revelam que os Javaé têm lutado para manter suas tradições culturais e língua materna, mesmo diante das adversidades, sendo que a Educação Escolar Indígena Bilíngue e Intercultural praticada dentro das aldeias tem contribuído para a preservação da identidade desse povo, apesar dos grandes desafios que enfrenta, tais como: falta de material didático específico; precariedade na estrutura física das escolas; e falta de conhecimento dos professores não indígenas a respeito da língua materna e dos aspectos socioculturais do povo Javaé (o que acaba dificultando o processo de ensino-aprendizagem das disciplinas do tronco comum), apesar desses professores terem acesso aos cursos de formação ofertados pelo Estado e pelas universidades federais. Constatou-se, outrossim, que a maioria dos professores que atuam nas escolas das aldeias Javaé são indígenas, o que contribui para que o conhecimento construído na escola seja mais próximo da realidade vivenciada pelas crianças Javaé, favorecendo a preservação de suas tradições socioculturais e da língua materna desse povo, apesar dos desafios citados acima.

Palavras-chave: Povo Indígena Javaé. Educação Escolar Bilíngue. Interculturalidade.

Programação de 24/06/2021

Conferência:

REFLEXÕES SOBRE TRANSDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA BILÍNGUE E INTERCULTURAL

Marilza Vanessa Rosa Suanno

Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília - UCB (2015). Doutorado sanduíche realizado na Universidade de Barcelona - UB (2011/2012). Mestre em Educação pela Pontificia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás (2006). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás - UFG (1994). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/FE/UFG. Líder do DIDAKTIKÉ Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas DGP/CNPq. Membro do Núcleo de Formação de Professores FE/UFG. Membro da Rede Internacional de Escolas Criativas. Orcid http://orcid.org/0000-0001-5892-1484. E-mail: marilzasuanno@uol.com.br

RESUMO

A palestra "Transdisciplinaridade na educação escolar indígena bilíngue e intercultural: a escola como espaço de ciência como consciência e saberes ancestrais" teve por objetivo compartilhar o resultado¹ de pesquisa que analisou o conceito de transdisciplinaridade expresso em obras acadêmicas do Laboratório de Línguas Indígenas do Núcleo de Estudos e Pesquisa com Povos Indígenas da Universidade Federal do Tocantins -LALI/NEPPI/UFT (Campus de Araguaína). As cinco obras analisadas se encontram disponibilizadas no site do referido Laboratório², quais sejam: a) Educação Escolar Indígena e Diversidade Cultural (ALBUQUERQUE; ALMEIDA, 2012); b) A educação escolar Apinayé de São José e Mariazinha: um estudo sociolinguístico (ALMEIDA, 2012); c) Ensino de Línguas numa Perspectiva Intercultural (ALBUQUERQUE; CALDAS: ARAÚJO: ALMEIDA. 2016): d) Educação linguística em contextos amazônicos (ALBUQUERQUE; SILVA; 2017); interculturais Etnossociolinguísticos (ALBUQUERQUE; MATOS, 2020). A revisão sistemática de literatura (OKOLI, 2019) identificou a transdisciplinaridade caracterizada como integração contextualizada e significativa entre pessoas, culturas, cosmovisões e conhecimentos científicos e etnoconhecimentos (tradições, saberes, costumes e expressões indígenas). O conceito de transdisciplinaridade emerge nessas publicações articulada com a educação escolar indígena, a formação de professores, o bilinguismo e a interculturalidade, assim como se apresenta como via democrática de partilha de poder, de autoridade e de reconhecimento de distintos conhecimentos, práticas e estilo de vida. O II Colóquio de Estudos e Pesquisas Indígenas, realizado de modo virtual no dia 24 de Junho de 2021, oportunizou encontro, socialização e compartilhamento entre pesquisadores(as) orientados(as) pelo Dr. Francisco Edviges e convidados(as). Abaixo segue quadro que sistemática ideias apresentadas no Colóquio.

¹O resultado da pesquisa está publicado no artigo "Transdisciplinaridade na educação escolar indígena bilíngue e intercultural: escola como espaço de ciência com consciência e saberes ancestrais". Revista Humanidades & Inovação. v. 8 n. 43 (2021). Dossiê: Escola como espaço de ciência com consciência: iniciativas transdisciplinares e escolas criativas. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5872 Acesso em 06/09/2021.

² Site LALI/UFT http://www.uft.edu.br/lali.



Fonte: Suanno (2021).

Apresentações de Estudos e Trabalhos do dia 24/06/2021

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES APINAYÉ E KRAHÔ:

uma discussão preliminar

Danielle Mastelari Levorato

Universidade Federal do Tocantins UFT. Professora Danielle Mastelari Levorato, possui graduação em Direito pela Fundação de Ensino "Eurípides Soares da Rocha" (1998) e Mestrado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM (2004), além de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil e Direito Empresarial pela mesma instituição. É Professora Adjunta, Nível 1, Classe C da Universidade Federal do Tocantins. É professora Extencionista, atuando a frente de questões indígenas, especialmente com os povos Krahô e Apinayé no Tocantins. E-mail: daniellemastelari@hotmail.com

Francisco Edviges Albuquerque

Universidade Federal do Tocantins UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena. Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

O estudo dos "Territórios e das Territorialidades Apinayé e Krahô: uma discussão preliminar" discute detalhes sobre o território que são da sua própria essência tais como: localização, extensão, reconhecimento legal, população e quantidade de aldeias. Trata-se de um estudo de base metodológica qualitativa e etnográfica na perspectiva interdisciplinar que abrange diversas correntes científicas além de saberes tradicionais. O objetivo geral é compreender quais são as vulnerabilidades dos Apinayé e dos Krahô em face do reconhecimento dos seus territórios e possui como objetivos específicos: a) entender como a ocupação dos territórios fortalece ou vulnerabiliza esses povos e , b) analisar se a criação de novas aldeias fortalece ou vulnerabiliza os povos. A justificativa encontra alicerce em face dos Apinayé e Krahô estarem se fragmentando em diversas aldeias e o entendimento de que esse fato pode fragilizar o povo, dificultando a preservação territorial e de suas respectivas culturas. Trata-se de uma pesquisa em andamento e que possui como fundamentação teórica os seguintes cientistas: Albuquerque com seus estudos Apinayé e Krahô, Nimuendajú com seu livro Os Apinayé, Meliá com sua obra Educação Indígena e Alfabetização, Olga Pombo com suas teorias sobre a interdisciplinaridade e Multidisciplinaridade além de outros.

Palavras-Chaves: etnografia, interdisciplinaridade, organização social, fragmentação social

LEXICOGRAFIA BILÍNGUE KRAHÔ: UM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Francisca Martim Cavalcante
UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS. Graduada em Letras. Mestre em Letras
(UFT). E-mail: franciskavalcante@hotmail.com

Francisco Edviges Albuquerque
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela
Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal
Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da
Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em
Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar
indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena.Professor de Curso de Educação
continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no
período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

A escola tem um papel fundamental na manutenção da língua e da cultura de um povo, e os Krahô têm mantido viva a língua e a cultura como forma de autoafirmação, bem como lutam por uma educação que contemple a realidade de seu povo e da vida na aldeia. Este trabalho tem como objetivo contribuir para o uso do dicionário como instrumento de preservação da língua sob uma perspectiva lexicográfica, intercultural e bilíngue a partir da realidade sociolinguística do povo Krahô, dos usos e funções da língua materna nos diversos domínios sociais da comunidade. De acordo com Albuquerque (2011), diferentemente da língua portuguesa, a palavra indígena que cai em desuso não é substituída por um sinônimo, mas, por um vocábulo que geralmente é pertencente à segunda língua, fazendo então com que se transforme em um empréstimo. Para que a eliminação de uma língua não aconteça, e isso vem ocorrendo nos últimos anos com frequência, conforme aponta Braggio (2003), faz-se necessário um estudo que vise ações voltadas para uma educação escolar indígena, que considere a vida cultural e respeite sua língua materna. Dessa forma, esse espaço deve promover o diálogo e vincular as práticas didático-pedagógicas a um processo que viabilize a construção do conhecimento e favoreça a pesquisa e a autonomia dos alunos Krahô. Com isso, a produção lexicográfica pode servir como instrumento para o uso didático, como registro da língua, da forma escrita e como fonte de pesquisa bilíngue. A metodologia acionou procedimentos da pesquisa documental, agregando aspectos lexicográficos. O levantamento dos dados se desenvolveu em dois momentos, intercalando estudos teóricos e pesquisa documental. Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam somar para a manutenção da língua e da cultura dos Krahô.

Palavras-chaves: Léxico; Ensino; Língua Indígena.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA KRAHÔ: UMA PERSPECTIVA DA ESCOLA ATIVA

Nunes Xavier da Silva

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (2003), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (2017), doutorando em Ensino de Língua e Literatura na Universidade Federal do Tocantins (2020), campus Araguaína. Atualmente é professor da SEDUC-GO.

E-mail: <u>nunessofia@hotmail.com</u>

Francisco Edviges Albuquerque
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela
Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal
Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da
Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em
Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar
indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena.Professor de Curso de Educação
continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no
período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

O Programa Escola Ativa (PEA), que começou a ser implementado no Brasil em 1997, estendendo-se até 2007, com recursos resultantes do acordo entre o Banco Mundial e no Brasil, representado pelo MEC que, para administrá-lo, cria o Fundo de Desenvolvimento da Escola - Fundescola. Já Educação Escolar Indígena é um construto contínuo, assim define Albuquerque (2011), a educação escolar indígena alicerçou no Brasil em 1956, quando o Summer Institute of Linguistics (SIL) inicia seu programa de estudo em convênio com o Museu Nacional do Índio (1959) e, posteriormente, com a Universidade de Brasília (1963) e com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967. O interesse por esta pesquisa surgiu quando fiz meu projeto de tese, pois nele eu busco evidencias da Escola Ativa, na Educação Escolar do Povo Krahô. A posteriori irei a campo para fazer uma análise mais minuciosa. O objetivo desta pesquisa é evidenciar que a Escola Estadual Indígena Krahô 19 de Abril, da Aldeia Manuel Alves Pequeno -TO, através de pesquisa bibliográfica em teses e dissertações de YAHÈ KRAHÔ (2017), MACEDO (2015) e ARAÚJO 2015, assim, evidenciamos características da escola Ativa, de acordo com Forgione (1949), a Escola Indígena Krahô é diferenciada, pois nela, seus professores confeccionam materiais didáticos, além disso, proporcionam uma educação para uma vida digna, associada ao trabalho e à felicidade. Nesta unidade de ensino os conteúdos programáticos estão associados à vida doméstica e prática social.

Palavras-chaves: Povo Krahô; Escola Ativa; Educação Escolar Indígena.

ESTÁGIO AQUISITIVO E GRAUS DE FLUÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DA VARIEDADE DE PORTUGUÊS FALADA POR PROFESSORES TIKUNA BILÍNGUES

Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Doutora em linguística. E-mail: ligiane@ufam.edu.br

Francisco Edviges Albuquerque

Universidade Federal do Tocantins UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena. Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é evidenciar o estágio aquisitivo e os graus de fluência de professores Tikuna bilingues em relação ao português falado por eles como segunda língua na região do Alto Rio Solimões, no Amazonas. Para tanto, buscou-se associar esses elementos (estágio aquisitivo e graus de fluência) às redes de interações linguísticas desses professores, motivadas por situações de alto, médio e baixo contato, considerandose o contexto indígena em que se inserem as línguas aí em jogo. O quadro teórico que fundamenta este trabalho baseia-se nos estudos de Fishman (1975), Milroy (1980), Eckert (2000), Matras (2009), dentre outros. Para atingir o objetivo da pesquisa, foram realizadas entrevistas com vinte e três professores Tikuna, por meio das quais eles foram questionados a respeito das pessoas com que interagiam em língua Tikuna e/ou em língua portuguesa e em que situações. Nossa intenção com essas questões era conhecermos o grau de contato desses participantes Tikuna com falantes monolíngues de português e de Tikuna, as redes de interações linguísticas dos participantes e analisar como estas podem influenciar no estágio aquisitivo e no grau de fluência deles no uso da segunda língua. Como resultado, por meio do continuum que se estabeleceu em nosso estudo, conseguimos identificar que os professores Tikuna apresentam diferentes graus de fluência, em que pesa o contato e as redes de interações linguísticas, nos seguintes termos: quanto maior o grau de contato e de interações linguísticas com falantes monolíngues de PB, mais os professores se afastam dos padrões da língua nativa e, proporcionalmente, quanto menor for esse contato, mais próximos os professores se encontram dos padrões de sua língua nativa, manifestando acentuada interferência da L1 na variedade de português em aquisição e, como consequência, mais distantes dos padrões da língua-alvo.

Palavras-chave: Contato linguístico. Redes de interação linguística. Estágio Aquisitivo. Graus de Fluência. Professores Tikuna Bilíngues.

ASPECTOS FONÉTICOS DO POVO KARAJA-XAMBIOA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE SEGMENTOS VOCÁLICOS

Raquel Palmeira de Oliveira Karajá
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Mestre em Ensino de Línguas e Literatura
PPGL. E-mail: raquelpalmeira96@gmail.com

Francisco Edviges Albuquerque
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela
Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal
Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da
Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em
Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar
indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena. Professor de Curso de Educação
continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no
período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

Essa pesquisa caracteriza a descrição dos aspectos fonéticos da língua Karajá-Xambioá, mas especificamente considerando os segmentos vocálicos orais. O povo Karajá-Xambioá, conhecido como Karajá do Norte, é um povo que se encontra localizado a margem do Rio Araguaia com área demarcada de 3.326.3502 ha, no município de Santa Fé do Araguaia no estado do Tocantins. A reserva indígena é composta por quatro aldeias: Xambioá, Kurehê, Wari-Lyty e Hawa-Tymyra, com uma população estimada em 593 pessoas, segundo dados do DSEI-TO (2016). A língua Karajá, segundo Rodrigues (1986), pertence ao tronco linguístico Macro-Jê e a família linguística Karajá, possuindo em seu alfabeto 28 letras, sendo 14 consoantes e 10 vogais. Como metodologia de pesquisa foram realizadas visitas técnicas às aldeias Xambioá para obtenção de dados que compõe o corpus da pesquisa, além de alinhamento teórico com base em alguns autores como CAGLIARI (2007), SILVA CRISTÒFARO (2007), TORAL (1992), entre outros que sustentam a cientificidade da pesquisa. Como resultados preliminares temos descrições de segmentos vocálicos da língua Karajá- Xambioá, além de uma breve explanação acerca das realizações fonológicas existentes nessa língua. A pesquisa tem cunho qualitativo e etnográfico e é uma importante contribuição para a manutenção linguística do povo, e consequentemente permeia e assegura uma educação escolar indígena bilíngue e diferenciada.

Palavras-chave: Fonética; Karajá-Xambioá; Segmentos vocálicos.

OS ESTUDANTES INDÍGENAS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO ÂMBITO DAS UNIVERSIDADES

Marta Virginia de Araújo Batista Abreu UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS. Graduada em Letras. Mestre em Ensino de Língua e Literatura. Doutoranda em Ensino de Língua e Literatura. E-mail: martavirginia@uft.edu.br

Francisco Edviges Albuquerque
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela
Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal
Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da
Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em
Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar
indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena.Professor de Curso de Educação
continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no
período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

Neste trabalho apresentamos algumas das possíveis dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas ao ingressarem no ensino superior e frequentarem uma universidade. Os objetivos consistiram em abordar a presença dos indígenas no ensino superior, compreendendo a importância da manutenção da língua, cultura e conhecimentos tradicionais indígenas nesse espaço acadêmico e valorizar e incentivar o uso da língua materna indígena no ambiente universitário. A nossa pesquisa é um estudo de caso que busca identificar políticas públicas voltadas para os acadêmicos indígenas, que sejam voltadas para permanência com sucesso desses estudantes. Em nosso estudo, realizaremos uma pesquisa do tipo bibliográfica e também documental, com base em referenciais teóricos-metodológicos sobre políticas públicas para os povos indígenas nas universidades. A presença do indígena no ambiente universitário representa uma oportunidade de maior visibilidade à diversidade linguística do seu povo, como também uma forma de demonstrar os seus conhecimentos tradicionais. O ensino intercultural é um grande desafio para as universidades, mas o diálogo e postura receptiva aos conhecimentos tradicionais indígenas podem ser o primeiro passo para efetivar processos de interculturalidade no ensino superior.

Palavras-chaves: estudantes indígenas; ensino superior; políticas públicas.

OS DESAFIOS DE ORIENTAR ACADÊMICOS INDÍGENAS NA PÓS-GRADUAÇÃO.

Witembergue Gomes Zaparoli

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Línguas e de Literaturas, Universidade Federal do Tocantins - UFT/ARAGUAÍNA, na linha de pesquisa: Linguagem, educação e diversidade cultural. Docente da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Campus Imperatriz, Curso de Pedagogia. Líder do Grupo de Pesquisa em Diálogos Interculturais e Práticas Educativas - DIPE. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação com área de concentração em Formação Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED, CCSST-UFMA, Imperatriz-Ma.https://orcid.org/0000-0003-3452-2600.

E-mail: wg.zaparoli@ufma.br

Francisco Edviges Albuquerque

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena.Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho vem com o objetivo de trazer um diálogo sobre os inúmeros desafios de orientar acadêmicos indígenas na pós-graduação. De acordo com Lima (2018) a presença indígena nas instituições de ensino superior é registrada desde os anos de 1990. É crescente o acesso de indígenas na universidade e por meio de políticas afirmativas vem se tornando claro a presença destes que avançam ao nível de stricto sensu. Algumas orientações foram tratadas em um laboratório de diálogos com professores de um programa profissional de educação, esta experiência foi destacada pelo 'olhar o outro' e os estranhamentos que delimitam fronteiras e/ou conflitos com o reconhecer a presença de um indígena em seu mestrado. Nessa discussão, Paladino (2012, p.176) "escreve que a busca das populações indígenas pelo ensino superior inicia diante da necessidade de adquirir melhores ferramentas para a interlocução com os diferentes órgãos governamentais responsáveis pela implementação de políticas indigenistas". O acesso nem sempre garante a permanência, alunos indígenas ainda necessitam de condições adequadas para o exercício da condição de alunos na graduação e na pós-graduação não é diferente, desafios de escrita e de língua são realidade que não cabe apenas aos indígenas, entretanto diante de muitos questionamentos até mesmo em algum momento retrogrado, as orientações se firmaram no reconhecer o lugar do indígena e sua trajetória, refletir com o local da pós-graduação em educação no contexto das políticas de afirmação, e a construção do entendimento que de índios 'objetos de pesquisas' temos a realidade que surpreende ainda muitos profissionais que é a de 'indígenas sujeitos' ativos e pesquisadores de suas vivências e as vezes não necessariamente dos seus pertencimentos. Outras experiências, vividas a exemplo das instituições UFT e UEPA forma apresentadas, também nesse encontro muitos escritos, falas e exposições foram acrescentadas por outros orientadores que trataram dos desafios. Foi salutar a oficina com os docentes institucionais, uma vez que se iniciou com a entrada de dois mestrandos indígenas no referido programa de formação docente.

Palavras-chaves: pós-graduação; educar indígena; protagonismos indígenas;

SABERES, SABORES E VALORES:O QUE SE PODE APRENDER COM AS LITERATURAS INDÍGENAS?

Lilian Castelo Branco de Lima —

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão — UEMASUL

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará, curso que vem ao encontro de seu entendimento de que as diversidades nos fazem plurais e que todas elas devem ser respeitadas. Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão e Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Piauí. Nos caminhos da Pesquisa e da Extensão seus principais interesses são pela educação e literaturas indígenas. Atua no Ensino Médio do Estado do Maranhão, na Graduação e no Mestrado em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Email: li castelo@hotmail.com

RESUMO

O trabalho que desenvolvemos sobre o estudo de Literaturas indígenas em uma escola de nível médio, do Governo do Estado do Maranhão, além de atender às determinações legais da educação brasileira, entre elas a Lei 11.645/2008, vai ao encontro do que Janice Thiél (2013, p. 1187) assinala no sentido de compreender que: "Como a literatura desafía o leitor pelos caminhos da interpretação, o narrador indígena desafía o leitor pelos caminhos que levam a uma revisão de conhecimento sobre as culturas nativas, pois o outro age sobre quem o lê". E o desafio que temos proposto é para um letramento literário para a diversidade étnica, por meio de um projeto que tem como co-responsáveis alunos bolsistas do Programa Residência Pedagógica da Capes. Para a construção dos estudos e a realização do projeto, inicialmente desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, elaborada por todos integrantes da equipe executora. Posteriormente fizemos um convite aos professores da escola na qual realizamos as atividades propostas para a participação como interlocutores da pesquisa e para realizarem conosco uma oficina com o objetivo de elaborar estratégias metodológicas para trabalhar as obras de literatura indígena em sala de aula, assim como para instrumentalizá-los acerca do debate sobre memória e identidade étnica, no intuito que fomentem essa discussão com seus alunos. Dando continuidade, elaboramos o projeto, envolvendo todo o grupo de bolsistas e professores da escola-campo. Nesse contexto, para analisar os sentidos e significados da literatura indígena para os interlocutores a partir de seus discursos polifônicos, trabalhamos com a metodologia da análise do discurso proposta por Bakhtin, em particular, seus estudos sobre a polifonia nos textos, apoiados na pesquisa bibliográfica e de campo, como base nos dados da pesquisa desenvolvemos o mapeamento sobre a percepção dos sujeitos acerca da memória e identidade em obras literárias indígenas, em um movimento que se propõe à interpretação da cultura desses povos e na identificação da herança de saberes, sabores e valores da ancestralidade indígena brasileira. Ressaltamos que ainda é um trabalho em andamento, mas os dados, construídos até o momento, mostram que os alunos da escola-campo já percebem que as literaturas indígenas representam, tanto no texto verbal, como nas ilustrações, os saberes e valores desses povos. Da mesma forma que por meio das obras estudados os interlocutores deste estudo têm vivenciado os "sabores" e "emoções" de entrar em contato com uma propositura de uma relação harmônica com o mundo e todos os seres, em um caminho para se construir o "bem-viver". Tão necessário em todos os tempos, mas com uma urgência ainda maior em tempos pandêmicos no qual vivemos.

Palavras chaves: Literatura indígena; saberes indígenas; sabores indígenas; valores indígenas

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM TÉCNICO – CIENTÍFICA USUAL NA ODONTOLOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA:

UM ESTUDO ETNOLINGUÍSTICO NAS ALDEIAS INDÍGENAS APINAYÉ

Angela Maria Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Mestre em Odontologia com ênfase em diagnostico por imagem. E-mail: angelaalunadoutorado@gmail.com

Fransico Edviges Albuquerque

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena.Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

Considerando o tema deste presente projeto de pesquisa sobre Aquisição da Linguagem Técnico-científica usual na Odontologia e suas contribuições para a Educação Escolar Indígena: Um Estudo Etnolinguísitico nas Aldeias Indígenas Apinayé, verifica-se que a língua e a cultura se inter-relacionam nas comunidades tradicionais, tal qual os Apinayé que serão participantes de nossa pesquisa, onde temos na Etnolinguística, um aliado efetivo para o sucesso de nossa pesquisa Desta forma, enquanto objetivo deste projeto, busca-se evidenciar, demonstrar e comprovar que a aquisição da Linguagem Técnico-Científica usual na Odontologia tem notáveis contribuições a dar à Educação Escolar Indígena. A metodologia do presente estudo se deu através da pesquisa qualitativa e documental, onde, os procedimentos metodológicos se ancoram numa frente teórica que tem como base de estudos: Erickson (1988); Ezpeleta e Rockwell (1989); Geertz (1989), André (2004); Beaud e Weber (2007); Albuquerque (1999, 2007); Almeida et all (2017); Almeida (2015), dentre outros. Portanto, espera-se que, diante dos estudos sobre os termos técnicos e científicos da linguagem usual na Odontologia, e identificando suas contribuições para a Educação Escolar Indígena, traduzindo para a Língua Apinayé, estaremos contribuindo para uma efetiva Educação Bilíngue e Intercultural, e auxiliando os professores na saudável tarefa de ensinar pautados nos avanços científicos da linguagem.

Palavras-chaves: Etnolinguística, Educação Escolar Indígena, Educação Bilíngue e Intercultural

OS APINAYÉ E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA:

do silenciamento à resistência nas construções identitárias

Andréa Christina Mendes Franco

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras:

Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins-UFT.

E-mail: andreafranco.andreafranco@gmail.com

Francisco Edviges Albuquerque

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS UFT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor associado i da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialetologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, inteculturalidade e educação indígena.Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa de mestrado que está em andamento realizada nos domínios sociais dos Apinayé, indígenas que vivem no norte do estado do Tocantins, no Brasil. O grupo tem uma população de 2.278 habitantes, distribuídos por 51 aldeias (DSEI, 2020), falantes de língua homônima, pertencente ao Tronco Linguístico Macro-Jê e à Família Linguística Jê (RODRIGUES, 1986). Os objetivos deste estudo se pautam em identificar em que medida as marcas identitárias em construção permitem verificar o silenciamento e a resistência do Povo Indígena Apinayé, especialmente apoiadas em uma Educação Escolar Indígena que considere em suas Práticas Didático-Pedagógicas Linguagens, os Saberes e os Modos de Ser e de Fazer, que representam a Cultura desse povo, denominados "Fenômenos Linguísticos-Sociais". Ademais, torna-se necessário perceber se a Educação Escolar Indígena aplicada nessas aldeias favorece e fortalece o enfrentamento a imposições veladas nas quais se encontram. A pesquisa se configura como interdisciplinar (VASCONCELOS, 2009), desenvolvendo-se em momentos distintos contemplando Estudos teóricos e Pesquisas. A fundamentação teórica é norteada por uma frente de autores comprometidos não somente com a temática a ser pesquisada, mas também com todo arcabouço que consolida essa área de estudo, sendo Educação Escolar Indígena (GRUPIONI, 2002; MAHER, 2010), Os Apinayé (NIMUENDAJU, 1983; DA MATTA, 1976; ALBUQUERQUE, 2007, 2011; ALMEIDA, 2012); Formação Professores Indígenas (ALBUQUERQUE, 2007); Educação Sociolinguística e Educação Indígena (BAGNO e RANGEL, 2005; XAVIER e PESSOA, 2011; FISCHMANN, 2001). Já as Pesquisas selecionadas são: Documental (SÁ-SILVA, ALMEIDA & GUINDANI, 2009), Etnográfica (ERICKSON, 1984; GEERTZ, 1989; ANGROSINO, 2009; ANDRÉ, 2012), Exploratória e de Campo, a partir dos procedimentos das pesquisas ação e participante (THIOLLENT, 2008; ANGROSINO, 2009; ALMEIDA, 2015). O estudo se efetiva nas escolas das aldeias indígenas Apinayé da aldeia São José, Escola Mãtyk e Mariazinha, e Escola Tekator.

Palavras-chaves: Apinayé; educação escolar indígena; marcas identitárias.

SUJEITO EM EDGAR MORIN

Prof. Dr. João Henrique Suanno

Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Barcelona - UB-ES. Doutor em Educação pela Universidade Católica de Brasília - UCB-DF. Mestre Educação pela Universidad de La Habana-Cuba revalidado pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO. Professor titular da Universidade Estadual de Goiás. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias - IELT-UEG. Membro da Rede Internacional de Escolas Criativas - RIEC/UB-ES e RIEC-Brasil. Co-Líder do Grupo de Pesquisa em Rede Internacional de Escolas Criativas - UFT-TO.

E-mail: marilzasuanno@uol.com.br

RESUMO

O objetivo foi de buscar a noção de sujeito em Edgar Morin, resultado em investigações que venho realizando há algum tempo. Um caminho para se pensar o sujeito a partir do dominante/hegemônico, passando hiperespecialização, paradigma pela inseparabilidade do conhecimento e da ação, pela noção de desordem e completude, assim como pelo rompimento da causalidade linear a fim de se chegar à noção de autonomia e de indivíduo, essenciais para se compreender a noção de sujeito complexo em Edgar Morin. A compreensão do sujeito se inicia a partir da compreensão do ser humano e de sua multidimensionalidade, entendendo que a complementaridade entre o que, aparentemente, são opostos, e que a existência de cada uma dessas características só se justifica pela presença da outra, como setas que se convergem uma com a outra, e não direcionadas em sentidos opostos. A proposição da separabilidade dos contrários reforça que os opostos não são complementares, defendem a linearidade em sua causalidade, procuram uma visão de mundo a partir do paradigma tradicional/dominante, há uma clara redução do conhecimento amparada em verdades e certezas definitivas, acreditam também da ordem inquebrantável do mundo que mutila a construção do conhecimento. Ao mudarmos o foco para o olhar da Epistemologia da complexidade percebemos que as ideias que, antes eram vistas como disjuntivas agora são complementares e que o conhecimento é construído em redes. Essa outra maneira de perceber a vida nos mostra que a inseparabilidade dos contrários amplia os nossos níveis de percepção da realidade com consequente também ampliação do conhecimento. Para isso temos outra base epistemológica que é o paradigma emergente que supera o tradicional e hegemônico e traz à pauta a combinação, o saber planetário, a religação do que antes era disjuntado, a incompletude do ser que agora é percebido como em constante reorganização de si mesmo em um processo de auto-hetero-ecoformação. Entende que não há a possibilidade de um saber total, mas um saber que está também, até mesmo por fazer parte desse sujeito em construção, auto-hetero-ecoformado.

Palavras-chave: Sujeito. Indivíduo. Autonomia. Epistemologia da Complexidade. Edgar Morin. Complementaridade.

REFERÊNCIAS

com o português: aspectos da situação sociolingüística. 1999. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.
(ORG). Texto e leitura : uma prática pedagógica das escolas Apinayé e Krahô. Goiânia: Editora América, 2012. 144p.
ORG). Do texto ao texto : leitura e redação. Belo Horizonte: FALE/UFMG – Núcleo transdisciplinar de pesquisas literaterras, 2012b. 174p.
ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA (SISSI), Severina Alves de. (ORG). Educação escolar indígena e diversidade cultural . Goiânia: América, 2012. 369p.
ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA (SISSI), Severina Alves de; AOKI, Ana Paula. Etnografía e observação participante: o trabalho de campo e a pesquisa qualitativa no contexto indígena Apinayé. In: ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA (SISSI), Severina Alves de. (ORG). Educação escolar indígena e diversidade cultural. Goiânia: América, 2012. p. 156-185
BRAGGIO, S. L. B. The Sociolinguistics of Literacy: A Case-Study of the Kaingang a Brazilian Indian Tribe. New México (USA), 1986. Tese de doutorado, University of New Mexico.
Alfabetização como um Processo Social : Análise de como ela ocorre entre os Kaingang de Guarapuava, Paraná. In: Trabalhos em Linguística Aplicada , Campinas: UNICAMP, v.3, n. 14, 1989. 155-170p.
Situação Sociolingüística dos Povos Indígenas do Estado de Goiás e Tocantins: Subsídios Educacionais. Revista do Museu Antropológico , Goiânia: UFG, (a), V.1, n. 1, p.1-76, jan./dez.,1992.
Leitura e Alfabetização: da Concepção Mecanicista à Sociopsicolingüística, Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. 102p.
(org.). Contribuições da Lingüística para a alfabetização . Goiânia: CEGRAF, 1995. 11-42p.
Aquisição e Uso de Duas Línguas: Variedades, Mudança de Código e Empréstimo. Revista do Abralin, número especial dedicado a Aryon D. Rodrigues, n. 20, UFAL, 1997. 139-172p.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. Contato dos Apinayé de Riachinho e Bonito

Proposta de Formação de Professores Indígenas do Estado do Tocantins. Palmas SEDUC/CEEI, 1997.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.
Fundação Nacional do Índio. II Boletim n. 22 de julho de 1982.
FUNAI. Parecer Técnico n. 001 de 28 de abril de 1997.
Centro de trabalho indigenista. Terras . Disponível em: https://trabalhoindigenista.org.br/o-cti/programas/programa-timbira-terras/ >. Acesso em 25 fev. 2021.
Decreto 90.960 de 14 de fevereiro de 1985 . Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90960-14-fevereiro-1985-441117-publicacaooriginal-1-pe.html . Acesso em 25 fev. de 2021.

Conselho Indigenista Missionário. Relatório Geral de 21 de março de 1992. Tocantinópolis.

D'AMBROSIO, U. Transdisciplinaridade. São Paulo: Palas Athena, 1997. 176p.

DA MATTA, Roberto. Um Mundo Dividido: A Estrutura Social dos Índios Apinayé. Petrópolis: Vozes, 1976. 250p.

FISHMAN, J. Sociolinguística. Rio de Janeiro: Eldorado, p.25-39, 1974.

LEVORATO, Danielle Mastelari; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. O conceito de território e territorialidades nas escolas indígenas Apinayé. **JNT- Facit Business and Technology Journal.** QUALIS B1. 2021. Junho. Ed. 27. V. 1. Págs. 86-104. ISSN: 2526-4281. Disponível em:

http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1032>. Acesso em 12 de agos. 2021.

MELIÁ, B. Educação Indígena e Alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979. 95p.

NIMUENDAJU, Curt. Os Apinayé. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1983.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 232p.

POMBO, Olga. Interdisciplinares e Integração de saberes. In: Liinc em Revista. v.1, n.1, março 2005, p. 3-15. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082. Acesso em 25 de fev. 2021.

_____. **Práticas interdisciplinares**. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n.15, jan/jun2006. P.208-249. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000100008. Acesso em: 25 fev. 2021.

PRONADOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ermani César de. **Metodologia do trabalho** científico [recurso eletrônico] métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2ª ed. Novo Hamburgo Feevale, 2013.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

RIBEIRO APINAYÉ, Júlio Kamer. **Mẽ Ixpapxà Mẽ Ixàhpumunh Mẽ Ixujahkrexà:**Território, Saberes e Ancestralidade nos Processos de Educação - Escolar Panhĩ. Goiânia, Universidade de Goiás, 2019. 129f.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Educação e Sociedades Tribais.** Porto Alegre: Movimento, 1975. 92p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2018. 320p.

TEIXEIRA, Raquel. Limites e Possibilidades de Autonomias de Escolas indígenas. In: WILMAR D'Angelis, Juracilda Veiga (orgs.). Leitura e Escrita em Escolas indígenas. São Paulo: Mercado das Letras, 1997.

ANEXOS

CARTAZ PARA DIVULGAÇÃO



PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

23/06/2021 - Quarta Feira

Das 8h às 8h25min. - Abertura do evento com o Professor Dr. Francisco Edviges Albuquerque, que fará uma breve explanação sobre o Núcleo de Estudos e Pesquisas Indígenas - NEPPI e do Laboratório de Línguas Indígenas - Lali, com a participação de Professor Mestre Renato Yahé Krahô, trará um relado sobre a homenagem a Secundo Krahô.

Das 8h30min. às 9h 15min. — Palestra de Abertura: Educação escolar indígena: questões teóricas e práticas. Palestrante: Profa. Dra. Valéria Cerqueira de Medeiros Weigel. Universidade federal do Amazonas

Das 9h15min. às 9h30min. – manifestações do público sobre a palestra

Cronograma das apresentações dos trabalhos e pesquisas:

Horário das	Nome	Título do Trabalho
apresentações		
1) Das 9:45 às 10:00	HELLEN CRISTINA PICANÇO SIMAS - UFAM	Desafios da Construção da Matriz Curricular para as Escolas Indígenas do Amazonas
2) Das 10:00 às 10:15	Paulo Hernandes Gonçalves da Silva	A educação Escolar Indígena: breves discussões sobre a estrutura Escolar
3) Das 10:15 às 10:30	Adelson Florêncio de Barros	O ensino de línguas nas escolas indígenas do Município de Benjamim Constant – AM.
4) Das 10:30 às 10:45	Severina Alves de Almeida Sissi	Da tipologia ao gênero textual: a etnossolinguística e suas contribuições para escrita de teses e dissertações
5) Das 10:45 às 11:00	Shelton Lima de Souza	Características (socio)linguísticas da/na Terra Indígena

		Kayapucá do povo Xixinawa
6) Das 11:00 às 11:15	Sinval De Brito Xerente	Análise contrastiva dos verbos em Akwē-Xerente (JÊ) e em português. Subtítulo: Verbos subtantivados na língua Akwē-Xerente.
7) Das 11:15 às 11:30	Robbergson Andrade Duarte	Cinema de Animação Krahô: Uma Contribuição Para a Educação Escolar Indígena
8) Das 11:30 às 11:45	Solange Cavalcante de Matos	Relações interculturais e seus reflexos na Educação Escolar Indígena do povo Javaé

12:00 – manifestação dos participantes sobre os trabalho e encerramento das atividades do dia.

24/06/2021 - Quinta Feira

8:00 `as 8:15- Retorno das atividades

8:15 às 9:00 – TRANSDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA BILÍNGUE E INTERCULTURAL: escola como espaço de ciência com consciência e saberes ancestrais

Palestrante: Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno PPGE/FE/UFG

9:00: manifestações do público sobre a palestra

Cronograma de Apresentações dos trabalhos e pesquisas:

Horário das apresentações	Nome	Título do Trabalho
1) Das 9:15 às 9:30	Danielle Mastelari Levorato	Territórios Apinayé e Krahô: uma discussão preliminar
2) Das 9:30 às 9:45	Francisca Martim Cavalcante	Lexicografia bilíngue Krahô: um diálogo com a Educação escolar indígena
3) Das 9:45 às 10:00	Nunes Xavier da Silva	Educação escolar indígena Krahô: uma perspectiva da escola ativa
4) Das 10:00 às 10:15	Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio	Estágio aquisitivo e graus de fluência : um estudo a partir da variedade de português falada por professores Tikuna bilíngues
5) Das 10:15 às 10:30	Raquel Palmeira de Oliveira Karajá	Aspectos fonéticos do Povo Karaja-Xambioa: considerações acerca de segmentos vocálicos
6) Das 10:30 às 10:45	Marta Virginia de Araújo Batista Abreu	Os estudantes indígenas bilíngues e os desafios enfrentados no âmbito das universidades
7) Das 10:45 às 11:00	Witembergue Gomes Zaparoli	Experiência de orientação com povos indígenas na pós graduação
8) Das 11:00 às 11:15	Lilian Castelo Branco de Lima – UEMA SUL	Saberes, sabores e valores: o que se pode aprender com as literaturas indígenas?
9) Das 11:15 às 11:30	Ângela Maria Silva	Aquisição da linguagem tecnico-científica usual na odontologia e suas contribuições para a educação escolar

		indígena: um estudo etnolinguístico nas aldeias indígenas apinayé
10) Das 11:30 às 11:45	Andréa Christina Mendes Franco	Os Apinayé e a Educação Escolar Indígena: do silenciamento à resistência nas construções identitárias
11) Das 11:45 às 12:00	Prof. Dr. João Henrique Suanno –	Sujeito complexo e formação humana – PPG- IELT/ESEFFEGO/UEG

 $12{:}00-$ manifestação dos participantes sobre os trabalho e encerramento das atividades do EVENTO

Contato e Link para participar no evento

daniellemastelari@hotmail.com fedviges@uft.edu.br

Informações de participação do Google Meet

Link da videochamada:

https://meet.google.com/myt-umjf-xsk

Ou disque: (US) +1 414-909-2866 PIN: 300 488 698#

ORGANIZAÇÃO E APOIO

Organizadores:

Núcleo de Estudos e Pesquisas Indígenas e Laboratório de Línguas Indígenas da UFNT





Apoiadores:

















